XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo, 2017.

# A ontologia marxiana como caminho para uma ciência emancipatória: breve resgate histórico da epistemologia burguesa e a necessidade de sua superação.

Janaynna de Moura Ferraz, Bárbara Katherine Faris Biondini y Deise Luiza da Silva Ferraz.

#### Cita:

Janaynna de Moura Ferraz, Bárbara Katherine Faris Biondini y Deise Luiza da Silva Ferraz (2017). A ontologia marxiana como caminho para uma ciência emancipatória: breve resgate histórico da epistemologia burguesa e a necessidade de sua superação. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-018/550

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.



## A ONTOLOGIA MARXIANA COMO CAMINHO PARA UMA CIÊNCIA EMANCIPATÓRIA: BREVE RESGATE HISTÓRICO DA EPISTEMOLOGIA BURGUESA E A NECESSIDADE DE SUA SUPERAÇÃO<sup>1</sup>

Janaynna de Moura Ferraz janaynna.ferraz@ufob.edu.br UFOB / UFMG Brasil

Bárbara Katherine Faris Biondini barbarakfbiondini@gmail.com UFMG / CEPEAD Brasil

Deise Luiza da Silva Ferraz deiseluiza@face.ufmg.br UFMG / CEPEAD Brasil

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Agradecemos ao CNPQ, à FAPEMIG e à CAPES pelo apoio na realização das pesquisas conduzidas pelo Núcleo de Estudos Críticos, Trabalho e Marxismo (NEC-TraMa), vinculado ao Centro de pós-graduação e pesquisas em administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-UFMG).



#### **RESUMO**

Este ensaio teórico tem como objetivo expor como a ciência e seu epistemologismo afastam a possibilidade de apreender o movimento do real, isto é, conhecer a essência dos fenômenos para além das aparências das relações sociais, na mesma medida em que reforça o sociometabolismo do capital. Para atingir este objetivo, o caminho que pretendemos traçar perpassa a trajetória histórica da teoria do conhecimento, buscando compreender as razões pelas quais as principais teorias surgiram, se desenvolveram e assumiram um papel relevante para as ciências sociais. Veremos que desde o surgimento das ciências sociais, sua vinculação se deu, num primeiro momento, à conceitos que partem de categorias que encobrem a exploração dos trabalhadores em detrimento de um desenvolvimento social mútuo que não ocorreu - embora tais pesquisadores tivessem uma preocupação genuína com o entendimento das mudanças daquele período, a história nos mostra as consequências bárbaras da vida humana sob a égide da propriedade privada dos meios de produção - e, num segundo momento, vinculou-se ao critério abstrato da neutralidade e da especialização, uma ciência atada intencionalmente à reprodução do sistema hegemônico. Assim, buscaremos também compreender como essas trajetórias históricas culminaram na subserviência ou na submissão de tais teorias à sociabilidade capitalista. Compreendemos que há uma estreita relação entre a forma como os paradigmas sociológicos são apropriados pelos pesquisadores e suas instituições, em face de atuarem na reprodução e legitimação do sistema produtivo hegemônico, contribuindo, portanto, para que a ciência contemporânea seja parcelar, ideológica e a-histórica e, por conseguinte, incapaz de promover a humanização da humanidade. Isso porque que toda produção capitalista se destina a gerar valor de troca, de maneira que a ciência não se respalda na necessidade humana, mas em seu potencial de exploração de mais-valor. Dentre as condições para o enfrentamento da ciência capitalista, Karl Marx deixou-nos a lógica do capital e o materialismo histórico e dialético como meio com capacidade de demonstrar as contradições da vida nesta sociedade, ao recuperar a ontologia como filosofia primeira para o estabelecimento da possibilidade de conhecer e superar a necessidade de um método a priori como pressuposto para o fazer científico. No seu lugar, as categorias totalidade, contradição e historicidade assumem um caráter direcionador para o pesquisador, não para delimitá-lo, mas para mantê-lo atento às categorias que o objeto, em sua integridade, irá demandar. Será por meio do materialismo histórico e dialético que buscaremos atingir o objetivo proposto neste ensaio, utilizando as categorias acima para investigar as principais teorias cuja visão de mundo influenciaram os diferentes paradigmas das ciências sociais.

#### **ABSTRACT**



This theoretical essay aims to expose how science and its epistemology exclude the possibility of apprehending the movement of the real, that is, knowing the essence of phenomena beyond the appearances of social relations, in the same way as it reinforces the sociometabolism of capital. In order to reach this goal, the path we want to trace runs through the historical trajectory of the theory of knowledge, seeking to understand the reasons why the main theories have emerged, developed and assumed a relevant role for the social sciences. We will see that, since the emergence of the social sciences, its connection was first of all with concepts that depart from categories that cover the exploitation of workers to the detriment of a mutual social development that did not occur although such researchers had a genuine concern with history shows us the barbarous consequences of human life under the aegis of private ownership of the means of production - and, secondly, it was linked to the abstract criterion of neutrality and specialization, a science intentionally tied to reproduction of the hegemonic system. Thus, we will also try to understand how these historical trajectories culminated in the subservience or submission of such theories to the capitalist sociability. We understand that there is a close relationship between the way in which sociological paradigms are appropriated by researchers and their institutions, in order to act in the reproduction and legitimation of the hegemonic productive system, thus contributing to contemporary science being divided, ideological and a- historical and therefore incapable of promoting the humanization of humanity. This is because all capitalist production is destined to generate exchange value, so that science is not based on human need, but on its potential for exploitation of more value. Among the conditions for confronting capitalist science, Karl Marx left us the logic of capital and historical and dialectical materialism as a means capable of demonstrating the contradictions of life in this society, by recovering ontology as the first philosophy for the establishment of possibility of knowing and overcoming the necessity of an a priori method as a presupposition for the scientific doing. In their place, the categories of totality, contradiction and historicity assume a guiding character for the researcher, not to delimit it, but to keep him attentive to the categories that the object, in its entirety. will demand. It will be through historical and dialectical materialism that we will seek to achieve the objective proposed in this essay by using the above categories to investigate the main theories whose worldview influenced the different paradigms of the social sciences.

#### Palavras-chave

Ciência, ontologia, epistemologia.

#### **Keywords**

Science, ontology, epistemology.



#### 1. Introdução

A complexidade da apreensão do pensamento marxiano é um fato tão conhecido quanto o próprio Karl Marx, poucos são, no entanto, aquelas/es que se dedicam a enfrentar o desafio de adentrar nas veredas do real e para além da fama do pensador alemão, compreender o seu pensamento tão vasto e complexo como a própria realidade humana.

De partida, precisamos lembrar que a filosofía acompanha a vida humana desde que homens e mulheres tomaram consciência da própria existência. Os indivíduos são dotados de inteligência e tem a potência para compreender como as coisas do mundo sucedem para além das questões aparentes e imediatas, pois podem perceber o nexo oculto das relações. Ocorre que no curso da história, dadas as mediações que engendram a luta de classes desde os gregos até os dias atuais, fez-se acreditar que uns nasciam para "pensar" e outros para "fazer". As justificativas para tal ideia de dominação de pessoas sobre pessoas poderia vir dos céus, da natureza, da religião, e, mesmo hoje, na ilusória liberdade liberal, dizem que vem do mérito.

O pensamento e a ação humana, nos tempos hodiernos, estão profundamente vinculados à ciência. Ao historicizar-se o nexo entre a ciência e o modo de produção de seu tempo, percebemos que diferentemente da neutralidade e autonomização do estatuto científico da modernidade - cujas bases viriam da filosofia, e o critério de validade e status de verdade viriam da adoção do método - a epistemologização das investigações da realidade, sobretudo das ciências humanas e sociais, tem, em maior medida, cumprido um papel essencial nas relações capitalistas, são, portanto, aparências de uma realidade concreta obnubilada pelo capital (Marx, 2013; Tonet, 2013).

A teoria do conhecimento investiga os fundamentos ou princípios do conhecimento humano, respondendo questões como: é possível o conhecimento? O sujeito é capaz de apreender o objeto? De onde vem o conhecimento, da razão ou da experiência? Até o século XVIII, a teoria do conhecimento fazia parte da gama de conhecimentos da filosofia, pois não havia uma separação nítida entre a ontologia e o caminho para investigação de um objeto. Somente a partir do século



XIX, com a parcelarização da investigação filosófica dado o contexto econômico-social do período pós Revolução Industrial, os campos foram divididos em: ontologia (ou metafísica); conhecimentos das ações, valores e finalidades humanos (ética, política, artes) e o campo do conhecimento da capacidade humana de conhecer, isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício. Aqui, distinguem-se: a lógica, que oferece as leis gerais do pensamento; a teoria do conhecimento, que oferece os procedimentos pelos quais conhecemos; as ciências propriamente ditas e o conhecimento do conhecimento científico, isto é, a epistemologia (Chauí, 2000).

Nesse caminho, este ensaio teórico tem como objetivo expor como a ciência e seu epistemologismo afastam a possibilidade de apreender o movimento do real, pois não intentam em conhecer a essência dos fenômenos para além das aparências das relações sociais, terminando, por fim, reforçando o sociometabolismo do capital.

#### 2 A ontologia e a teoria do conhecimento: breve excurso histórico

Buscaremos neste tópico expor brevemente como a ontologia, enquanto filosofia primeira e presente entre pensadores antigos e medievais, foi relegada à condição metafísica na modernidade, sendo substituída no plano científico pela teoria do conhecimento, e suas implicações para a apreensão crítica da realidade.

#### 2.1 A cientificidade na antiguidade e no medievo: ontologia exterior ao ser social

Na filosofia produzida na Grécia antiga, o mundo é designado pelo Cosmos, isto é, o mundo em todo seu conjunto, toda a estrutura em sua totalidade e que existe de maneira harmoniosa, onde cada coisa tem seu lugar natural e o seu telos, sua finalidade (Rohden, 2008). Vê-se aqui que a categoria de totalidade, dada a unicidade das coisas do mundo, vincula-se fortemente ao conhecimento da natureza e ao autoconhecimento, em busca de cumprir sua parte no cosmos.



Naqueles idos, de um modo geral, o entendimento do mundo e das leis que o estruturam se arrimam em duas categorias básicas que remetem uma à outra e se complementam: a *physis*, ou seja, a natureza, e a metafísica - aquilo que está além da física, em sua cosmologia que é o estudo da totalidade de todos os fenômenos no universo.

Platão, n'A Alegoria da Caverna, explica que os seres humanos têm uma visão distorcida da realidade, pois enxergam apenas as sombras, isto é, aparências da realidade, tal como se fossem prisioneiros numa caverna que só enxergam sombras projetadas pela luz, numa analogia ao senso comum. Seria necessário, portanto, libertar-se das amarras e, com esforço, escalar a caverna para se deparar com o real. Essa alegoria denota a importância do conhecimento filosófico como meio para superar a ignorância com o domínio das coisas sensíveis e o domínio das ideias (Koiré, 1982). Em Aristóteles, por sua vez, postula-se que o que existe é natureza, ou conjunto hierarquizado de naturezas, possuindo, assim, existência própria, uma vez que a verdade das coisas reside nelas próprias ao cumprir sua finalidade. Contudo, o ser humano constitui uma natureza entre outras, e essa natureza humana abrange tanto o corpo quanto a alma. É esse pensador que postula que todos os homens têm por natureza o desejo de conhecer, portanto, o pensamento é o próprio ato humano, o conhecimento faz do homem (e da mulher) um animal racional (Chauí, 2000).

Vemos que a noção do conhecimento humano, neste período, inicia-se pela percepção sensível, ou seja, nada estaria no intelecto sem que antes tenha estado nos sentidos. O intelecto abstrai a forma da coisa percebida, e essa capacidade de abstração é que permite ao indivíduo fazer ciência. Para Aristóteles (2006), o objeto próprio das ciências é a compreensão do universal, visando o estabelecimento de definições essenciais, que possam ser utilizadas de modo generalizado, de maneira que a ciência deve buscar as estruturas essenciais de cada ser, por meio de um processo de conhecimento que caminha do individual e específico para o universal e genérico, por meio das relações de causa e efeito. Esta é uma concepção ontológica de apreensão, ainda que a natureza fosse exterior ao indivíduo.



Embora não desconheçamos as distinções entre os modos de produção escravista (gregos) e feudal (medievo), trouxemos esses dois grandes períodos históricos num mesmo momento investigativo pelas suas similaridades, "ambos são bastante estáticos. Suas estruturas sociais, de longa duração, parecem ter um caráter de imutabilidade e de naturalidade" (Tonet, 2013, p. 17). Ademais, Tonet (2013) explica que

em ambos o acúmulo de conhecimentos acerca da natureza e da própria sociedade é muito precário, o que favorece uma elaboração teórica com poucos fundamentos empíricos. Mais ainda: em ambos, a forma de produção da riqueza material não requer, por parte dos responsáveis por ela, um conhecimento sistematizado da natureza. Seu aprendizado se dá na própria atividade prática. De outro lado, os que se apropriam da riqueza estão completamente apartados das atividades relativas à sua produção. Há, portanto, uma separação radical entre trabalho manual e trabalho intelectual, do que resultarão importantes consequências para a elaboração de uma concepção de mundo (p.18).

O ponto que acentuamos é que, assim como entre os gregos - Platão ou Aristóteles - entre os medievais - Agostinho ou Tomás de Aquino -, em sua reciprocidade histórico-temporal, a busca da essência era a força da motriz do conhecimento (não obstante o fato de que para Platão a essência estava nas ideias e que em Aristóteles e Tomás de Aquino estivesse no interior das coisas do mundo), por isso, afirmamos seu caráter ontológico, a natureza do ser precisava ser elucidada, para com isso, partir para as questões relativas ao conhecer (Tonet, 2013). A idade moderna, ao seu turno, inverteu esse panorama, como exporemos a seguir.

#### 2.2 A cisão entre ontologia e teoria do conhecimento: os modernos

Tonet (2013) explica que na passagem do medievo para a modernidade, a centralidade do conhecimento se transfere do objeto para o sujeito, um movimento determinado e determinante. Há uma profunda mudança na sociabilidade humana, por uma série de razões materiais e imateriais que não teremos como abordar neste espaço limitado, tão somente iremos pontuar as profundas transformações decorrentes da Revolução Francesa (a revolução burguesa contra a igreja e o



monarca) e da Revolução Industrial, que dado o trabalho livre (assalariado e alienado), contribuiu para o processo de individuação individualista.

Embora não haja consenso entre os filósofos quanto ao primeiro a usar o termo "teoria do conhecimento" sua adoção se tornou mais comum na segunda metade do século XIX com os neokantianos. Isto é, a teoria do conhecimento é uma disciplina cuja existência está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas burguesas, ao surgimento e consolidação do capital como relação social entre os indivíduos. Somente na modernidade, iniciando ao final do século XVII, se dá uma revolução científica a partir de uma transformação nos fundamentos da cientificidade: a vigência da ordem da natureza se altera na medida em que se deixa de lado a referência a uma causalidade por natureza, indo na direção do reconhecimento de uma regência abstrata de leis universalmente válidas, em tese, para todos os contextos.

Segundo Hessen (2003), o conhecimento supõe e exige três elementos: a) sujeito: consciência cognoscente; b) objeto: aquilo a que o sujeito se dirige para pensar, sendo que esses objetos podem ser reais, isto é, tudo que nos é dado pela experiência externa ou interna, ou dela se infere; ou ideais pois apresentam-se como irreais, isto é, como meramente pensados. E c) imagem: ponto de coincidência entre o sujeito e o objeto. Nessa rota, a questão do conhecimento consiste, em maior medida, à relação entre o sujeito e o objeto.

A predominância do sujeito pelo objeto culmina com o ponto de vista gnosiológico, o sujeito é o elemento central, é ele, pois, quem constrói teoricamente o objeto por meio da razão. Noutro pólo, o ponto de vista ontológico, o objeto é o eixo central, ou seja, "implica a subordinação do sujeito ao objeto (...) não cabe ao sujeito criar - teoricamente - o objeto, mas traduzir, sobre a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto" (Tonet, 2013, p.14), numa perspectiva ontológica a indagação primeira é sobre o ser (o que é o ser? o que é a realidade), somente após tal movimento, reflete-se acerca do modo de conhecer o ser (Tonet, 2013).

Ora, podemos inferir que a teoria do conhecimento, nesta visada ontológica, é um assunto secundário, enquanto no primado gnosiológico, que é o estatuto científico atual, permanece sendo



um assunto de grande importância. Buscaremos explicitar sua trajetória, pois a correta apreensão dessas abordagens contribui igualmente com a internalização de suas potencialidades e possíveis limites.

Analisemos primeiro a visada gnosiológica a partir de alguns de seus grandes pensadores. Lembremos da relevância de Galileu, cuja atitude de introduzir no mundo qualitativo do cosmos antigo/medieval às verdades das certezas matemáticas, possibilitou a generalização e a demonstração abstrata, em que a matematização e a geometrização do espaço abrem caminho para a negação de uma ordenação hierárquica do mundo segundo naturezas substanciais e é erguida uma cientificidade sobre uma compreensão do mundo como unitariamente delimitado por leis universais. Outro importante nome é René Descartes (2006) que atribui ao uso da razão, da mente do sujeito que racionalmente investiga, o objeto. Para ele o ideal da ciência é uma hierarquia dedutiva de proposições aos aspectos estritamente quantificáveis da realidade, o chamado Método Cartesiano, que influenciou fortemente todo o pensamento científico contemporâneo em sua lógica positivista.

Uma visão oposta a de Descartes pode ser vista em Francis Bacon, que criticou o legado filosófico, por sua pouca utilidade prática para a vida dos indivíduos e dedicou a vida à reformular os fundamentos científicos, é o considerado o pai do empirismo moderno - que numa simplificação, diz respeito ao fato de que o conhecimento se dá pelos sentidos, a partir da experimentação - e um dos principais nomes da filosofia da ciência (Chauí, 2000). Não obstante, estes pensadores terem vivido no século XVII, eles influenciaram todo o pensamento dos iluministas e materialistas franceses e dos empiristas ingleses do século XVIII, especialmente Immanuel Kant.

É em Kant que a gnosiologia chega ao seu ápice, pois muito além da predominância do sujeito em relação ao objeto, o que ocorre na filosofia kantiana é que a relação termina sendo o sujeito com ele próprio (única coisa que se pode atingir é o limite do conhecimento), uma vez que a coisa-em-si (o objeto) é incognoscível. É indiscutível a contribuição de Kant à filosofia ocidental, contudo, a sua intencionalidade de superar tanto o "cogito ergo sum" de Descartes e igualmente o



empirismo de Bacon, foi parcialmente atingida, ora, a sensibilidade é sempre parcial e distinta, incapaz de captar a totalidade, e a razão (que em Kant seria o tratamento ativo da mente para a sensibilidade, todos os seres humanos já nascem com essa potência) também não se relaciona com a totalidade, representa, assim, o tratamento subjetivo que o pesquisador dá ao objeto. Noutras palavras, para Kant, só se pode conhecer as aparências da realidade, não que a essência não exista, apenas que ela é transcendente, e não está acessível.

#### 3 A ciência e sua vinculação com o capital

Até o século XVIII as questões humanas e sociais eram tratadas pela filosofia e a ciência, até então, detinha-se à natureza. Cisão ainda mais consubstanciada com a expansão da maquinaria e da indústria pós-revolução industrial. Lentamente, dada a necessidade de compreender os efeitos do capitalismo sobre a sociedade e para elevar a eficiência da produção, surgem as ciências humanas e sociais.

Acerca do papel da ciência na produção capitalista Marx (2013) denota, analisando o processo de industrialização na Inglaterra, a contradição do desenvolvimento tecnológico da ciência moderna, pois se por um lado a maquinaria poderia tornar o trabalho menos pesado para as pessoas, por outro lado tal processo se deu "sem consideração com a mão humana", isto implica: a) são seres humanos em seus processos de trabalho que percebem (objetivamente e subjetivamente) como transformar a natureza, a ciência, portanto, está intimamente vinculada ao trabalho humano concreto, b) para conseguir transformar a natureza é preciso dominar os conhecimentos causais ou físicos. É um movimento que ocorre igualmente no âmbito do ser inorgânico², no ser orgânico e no ser social, pois na medida em que os indivíduos modificam a materialidade estão modificando a si próprios³; c) Se a ciência, uma criação humana, não "reconhece" seu criador, que por sua vez

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Na biologia são chamados seres inanimados.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Não teremos espaço aqui para discutir o pôr-teleológico que caracteriza o ser social. Recomendamos a leitura do capítulo sobre o trabalho em Para uma Ontologia do Ser Social II de Lukács.



também não se reconhece em seu trabalho, o que se produz é um conhecimento reificado e alienado.

Marx (2013) ainda reforça o caráter de revolucionamento técnico da ciência vinculada ao capital, cujos efeitos transformam, a reboque, as funções dos trabalhadores e as relações sociais do processo do trabalho. Exatamente por esse motivo, essas inovações não tem por finalidade última o atendimento das necessidades humanas, trata-se, desse modo, de um meio pelo qual o capital consegue acelerar a valorização do valor. " (...) o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador –, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano." (Marx, 2013, p.560), e isso se agrava, pois "produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (p.574).

A partir da teoria do mais-valor (Marx, 2013), salientamos a relevância que a força produtiva do trabalho tem na determinação da taxa de exploração do mais-trabalho, sobretudo no que se refere ao mais-valor relativo. São múltiplas as circunstâncias que caracterizam a força produtiva, entre elas:

- · Grau médio de destreza dos trabalhadores;
- · Grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica;
- · Organização social do processo produtivo;
- · Volume e eficácia dos meios de produção;
- · Condições naturais.

Ora, como se pode constatar, excetuando-se as condições naturais, todos os demais fatores supramencionados estão profundamente relacionados com o conhecimento humano, seja uma prática, uma técnica ou uma ciência. Isso quer dizer que é diante das mudanças econômicas e sociais da transição da manufatura para a industrialização, da demanda por novas tecnologias que elevem a produção e da complexidade da vida nos "centros urbanos", da necessidade da gestão da produção e dos trabalhadores, que surgem as ciências humanas e também as ciências sociais



aplicadas, isto é, a psicologia, a sociologia, as ciências econômicas e no início do século XX, a administração. Enfim, torna-se, na modernidade, o problema científico por excelência da teorização sobre a comunidade humana.

#### 3.1 As ciências sociais e seu epistemologismo burguês

O termo sociologia surgiu com Auguste Comte que, já no início do século XIX, em busca de distinguir sua própria doutrina, partindo de uma análise das condições do conhecimento humano, declarava que só são admissíveis as verdades científicas ou positivas, excluindo qualquer outra pesquisa sobre a essência das coisas. Mas é com Durkheim (1983) que o método sociológico se consolida. Em seu livro "As regras do método sociológico", o autor descreveu detalhadamente como deveria ser um método de investigação, amplamente baseado nas ciências naturais – são os chamados fatos sociais, que deveriam ser equiparados à coisas e assim poderiam ser pesquisados cientificamente. Sobretudo, Durkheim (1983) se empenhou em legitimar o desenvolvimento da sociologia como uma ciência autônoma, apartando-a da filosofia.

O alemão Weber (2001) discorda do uso da prescrição nas ciências sociais e políticas, como ocorre nas ciências naturais, postulando, em seu lugar, um "tipo ideal", um instrumento que orienta o sociólogo na sua atuação investigativa. Para o pensador, embora a escolha de um objeto a ser estudado sofra influência da subjetividade, seria necessário que o sujeito pesquisador se esforçasse para manter-se axiologicamente neutro em relação à sua pesquisa, alegando o uso da razão como força motriz e separando cirurgicamente a visão política e a ciência.

Para compreender mais amiúde algumas implicações da formulação das ciências sociais na produção científica e na produção da vida humana, tomemos o exemplo da administração. Esta "ciência" nasceu vinculada ao processo de produção enquanto processo de valorização, e desde seu surgimento necessita tomá-lo de forma parcializada e estar a serviço de um determinado progresso tecnológico. Nessa rota, a especialização decorrente da divisão social do trabalho - que foi apenas



sutilmente perpassada anteriormente - demanda que cada administrador ou administradora, investigue uma determinada área, sendo comum, portanto, que se fale em pesquisas de marketing, de finanças, de estratégia, de logística, etc. Cada uma dessas disciplinas atende a um função da reprodução do capital. Todavia, não é apenas de fragmentação que padece a ciência alienada da modernidade, há igualmente uma pretensa neutralidade, envolvida sob a apoteose da razão subjetivista, do idealismo que mencionamos um pouco antes, e sua "caixa de instrumentos" que se destinam, no melhor do casos, a fornecer as regras metodológicas a serem seguidas para o alcance do conhecimento "científico" (ou seria da inovação tecnológica?).

Nas ciências sociais em geral, e mais especificamente na administração, há (três ou) quatro paradigmas distintos (funcionalismo ou neopositivismo, interpretativismo, estruturalismo e humanismo) que fornecem cada um, ao seu modo, uma gnosiologia<sup>4</sup>. Precisamos destacar o idealismo ativo dos positivistas, que atribuem ao sujeito cognoscente a responsabilidade pela apreensão da realidade, independentemente do objeto, pois basta valer-se da epistemologia mais conveniente e suas caixas de ferramentas para, num movimento da mente para o objeto, explicar a realidade.

Estamos buscando enfatizar com o exemplo da ciência administrativa, que o papel da especialização opera para dificultar ou mesmo impedir a apreensão da totalidade do objeto investigado, enquanto a pretensa neutralidade tem o papel de manter o *status quo* das relações capitalistas, pois mesmo as epistemologias que se propõem "críticas", não partem da ontologia, não visam a essência da realidade, partem da aparência e, por arquitetarem seus objetos mentalmente, sem os vincular com as múltiplas mediações que o explicam, são incapazes de atingir o real. Se o fizessem, uma profunda mudança estaria em curso, e ciência não poderia mais se produzir e reproduzir de forma alienada, teria que implodir sobre a própria estrutura. No final das contas, a produção tem sido parcelar (fragmentada), ideológica (pois atende aos interesses de uma

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Uma crítica pertinente a essa abordagem foi feita por Paes de Paula (2016). Contudo, uma crítica realizada em razão do idealismo da autora pode ser lida em Chaves, Ferraz e Coelho (2017).



determinada classe sem inquirir a realidade, embora tenha respaldo material) e a-histórica (pois desconsidera a gênese do objeto e suas mediações).

### 4 Conclusão: a cisão intencional entre filosofia e ciência e a necessidade da recuperação da ontologia para superação do capital

É Lukács (2012, p.39) quem melhor explica a separação entre filosofia e ciência. Pois a necessidade de um pretenso "progresso social" colocava em segundo plano qualquer outra forma de conhecimento que não estivesse vinculada ao desenvolvimento tecnológico útil, sob a aparência de que "as verdades das ciências naturais reproduzem efetivamente a realidade objetiva ou apenas possibilitam a sua manipulação prática, domina a filosofia burguesa desde os dias de Belarmino até hoje, determinando sua posição em todos os problemas ontológicos", e assim, as grandes questões do gênero humano (da alma) foram relegadas à metafísica, a atividade da ciência então "transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática".

Isso quer dizer que quando os positivistas falam em objetividade, para Lukács (2012), na verdade estão tratando apenas das aparências dos fenômenos, semelhante ao postulado platônico, pois a investigação da realidade não pode ser fruto da imaginação do sujeito pesquisador ao enfrentar o seu objeto, é preciso inverter a relação pois é o objeto quem pode fornecer as explicações acerca de si próprio, mediado pela capacidade de abstração do indivíduo que em sua mente relaciona as múltiplas mediações que explicam o movimento do real. Assim, na medida em que positivistas desprezam a ontologia do ser social, tornam-se incapazes de acessar sua realidade. Noutras palavras, só é possível acessar o conhecimento partindo de uma filosofía *una*.

Lukács (2012) que viveu no século XX, baseou-se nos estudos marxianos, tomando o materialismo histórico e dialético como caminho para investigação científica embasado na ontologia do ser social. Em Marx (2015), não há uma separação entre filosofia e ciência, não há também uma separação entre ciências da natureza (que também é uma criação humana que



humaniza a natureza por meio de seu trabalho) e ciências humanas. Marx (2011), assenta sua exposição acerca da crítica à economia política na natureza do ser social, que é natural, visto sua intrínseca relação de dependência entre os seres orgânicos e os seres inorgânicos, não como seres distintos, mas seres que se diferenciam entre si pela complexidade das mediações que o explicam.

À guisa de exemplo, falemos da indústria alimentícia. Obviamente é de importância para todos que existam máquinas modernas capazes de ajudar na plantação, colheita, empacotamento e distribuição dos alimentos produzidos. Contudo, na medida em a ciência "precisou" ser separada da filosofia (Durkheim) e que ciência e política não devem ser misturar (Weber, 2015), não se questiona se aquela indústria causa desemprego ou poluição, se seus trabalhadores podem comprar o que produzem, se existe fome no mundo, etc.

Numa síntese, a partir do que discutimos até aqui, defendemos que sem filosofia (filosofia aqui entendida como ontologia do ser social) não é possível produzir um conhecimento verdadeiro, amparado no real e humano. A tecnologia muito tem auxiliado seres humanos a viverem com mais qualidade, conforto e segurança, contudo, o desenvolvimento das forças produtivas deve servir aos seres humanos e não o contrário, como o que vem ocorrendo ao redor do planeta. É primordial adotar uma atitude crítica em busca de conhecer a realidade, e é tempo de lembrar das lutas que os trabalhadores travaram e continuam pelejando, pois se num curto horizonte almeja-se condições de trabalhos mais justas, no longo prazo não há outra alternativa para o ser social que não seja a emancipação humana, pois como Mészáros (2016) alerta, o capital já excedeu sua contribuição à sociabilidade humana, adquirindo nestes últimos tempos, a própria barbárie, a desumanização.

A atividade científica em Karl Marx é radical e emancipatória e, na medida em que busca a gênese dos processos sociais, não desconsidera a aparência fenomênica, contudo não se encerra nela, busca no exame do objeto em sua totalidade, a essência obscurecida pelas relações alienadas pelo capital. Totalidade, contradição (a própria dialética como movimento do real, da vida) e a historicidade (as mediações que determinam e são determinadas pelos indivíduos) assumem um



caráter direcionador para o pesquisador, não para delimitá-lo, mas para mantê-lo atento às categorias que o objeto, em sua integridade, irá demandar.

Na ontologia marxiana não é o pesquisador que cria as categorias e percorre um caminho previamente traçado para investigar as contradições, isso seria tão somente uma forma manipular os fatos, tal como vem ocorrendo, quer queira ou não, na academia científica vigente. Por isso dizemos que Marx nos deixou um método de tal envergadura de reprodução ideal do movimento do real, que refaz, de dentro para a fora, o que compreendemos como ciência. Contudo, diferentemente do estatuto científico vigente, o telos, no materialismo histórico e dialético, não se destina a apropriação privada dos meios de produção e tampouco à acumulação do capital às custas de trabalho não-pago, também não se destina à formular teorias, pois, em Marx, conhecimento é práxis, é objetividade e subjetividade à serviço do gênero humano em sua face mais socialmente evoluída.

Por fim, como sugestão para novos estudos recomendamos investigações acerca do "método" marxiano. Na contramão das regras científicas vigentes, nos últimos dois anos, temos buscado realizar essa atividade (Paço-Cunha & Ferraz, 2015; Chaves, Ferraz & Coelho, 2017; Ferraz & Biondini, 2017; Ferraz & Ferraz, 2017), sendo estes trabalho mencionados, um ponto de partida para o materialismo histórico e dialético.

#### VI. Bibliografía

Aristóteles. Metafísica. (2006). Tradução Edson Bini. Bauru: EDIPRO.

Chauí, M. (2000). Convite à Filosofia. São Paulo: Ática.

Chaves, R.H.S.; Ferraz, J.M. & Coelho, H.L. (2017) Crítica ao estatuto científico dos "Estudos Organizacionais" a partir da ontologia marxiana. In *Anais Eletrônicos do VI Colóquio de Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*. (pp. 1-25). Florianópolis.

Cunha, E. P. & Ferraz, D. L. S. (2015). Marxismo, Estudos Organizacionais e a luta contra o



irracionalismo. *Organizações & Sociedade*, *22*(73), 193-198. https://dx.doi.org/10.1590/1984-9230730

Descartes, R. Discurso do método. (2006). São Paulo: Escala Educacional. (Série Filosofar).

Durkheim, É. As Regras do Método Sociológico. (1983). Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril.

Ferraz, J. M., & Biondini, B. K. F. (2017). Um convite ao materialismo histórico e dialético ou porque a ciência administrativa é a ciência da superficialidade. In *Anais do VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*. Florianópolis.

Ferraz, J. M., & Ferraz, D. L. S. O materialismo histórico dialético nos estudos organizacionais: a possibilidade da emancipação. In *Anais do Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo*. Belo Horizonte.

Hessen, J. Teoria do conhecimento. (2003). (J.V.G. Cuter. Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Koiré, A. *Estudos de História do Pensamento Científico*. (1982). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Lukács, G. Para uma ontologia do ser social I. (2012). São Paulo: Boitempo Editorial.

Lukács, G. *Para uma ontologia do ser social II*. (2013). (N. Schneider, I. Tonet, R. Fortes. Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. (2015). (J. P. Netto, M. A. Pacheco. Trad.). São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. Introdução [à Crítica da Economia Política]. *Grundrisse: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

Marx, K. O capital: crítica da economia política. livro 1. (2013). São Paulo: Boitempo Editorial.

Mészáros, I. (2006). A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo.

Rohden, H. (2008). *O pensamento filosófico da antiguidade*. São Paulo: Martin Claret. (Coleção a obra-prima de cada autor).



Tonet, I. (2013). Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács.

Weber, M. (2015). Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret.

Weber, M. (2001). A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Unicamp.